

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 29 de Agosto de 2017 | Nº 4

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Parabéns, Contraf/CUT, pelo acordo coletivo de dois anos!

Acordo bianual atrapalha a luta contra as reformas e ainda impõe um índice rebaixado aos bancários

No ano passado, os pelegos da Contraf/CUT e os banqueiros negociaram uma convenção coletiva de trabalho (CCT) com validade de dois anos. Foi acordado que o valor dos salários seria reajustado em 8% para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 e que, a partir de setembro deste ano, o valor dos salários seria reajustado pelo índice da inflação (INPC) acrescido de 1%.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** foi um dos únicos contra esse acordo bianual, pois já previa que, num cenário de recessão econômica, o índice de reajuste de 2017 seria rebaixado.

Também não era nenhum segredo que o recém-empossado presidente Michel Temer tentaria impôr uma série de

reformas – como a trabalhista e a da Previdência –, que viraria de cabeça para baixo a vida dos trabalhadores brasileiros.

Resumindo: em um cenário político instável, sob um governo declaradamente reformista, foi um erro assinar uma CCT que não daria aos bancários a chance de voltar à mesa de negociação com a Fenaban em 2017.

Além disso, todos sabem que o sistema financeiro é extremamente forte e privilegiado no Brasil, e que não deixa de ganhar montanhas de dinheiro mesmo quando o resto do país sofre com a crise. Basta ver os resultados dos bancos no primeiro semestre.

Os lucros do Itaú e do Bradesco cresceram, ambos, 13% (chegando a R\$ 12 bilhões e



a R\$ 9,3 bilhões, respectivamente), enquanto o Banco do Brasil lucrou R\$ 5 bilhões (crescimento de 5%) e o Santander, R\$ 3,7 bilhões (crescimento de 44%)!

Dar aos bancários um reajuste que deve ficar em torno de 3,5% é um escárnio!

A Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB) elaborará neste final de semana (leia abaixo) pautas de reivindicações que serão entregues à Fenaban, ao BB e à Caixa na

próxima semana. A dúvida é se a Contraf/CUT mobilizará seus mais de 100 sindicatos de bancários filiados a se juntarem à luta por reivindicações que não sejam as econômicas negociadas no ano passado.

É lamentável a postura da CUT. Quando no governo, protege os petistas a todo custo. Quando na oposição, aposta no “quanto pior, melhor”, para o PT voltar ao poder. Só resta uma certeza: Contraf/CUT, nunca mais!

Cláusulas econômicas da CCT 2016-2018

Reajuste estimado: apenas 3% (2,08% + 1% no salário de setembro e na PLR, cuja primeira parcela será paga até 30 de setembro).

PLR Regra Básica: 90% do salário já reajustado mais R\$ 2.183,53, com teto de R\$ 11.713,59. Caso a distribuição não atinja 5% do lucro líquido do banco, os valores individuais serão elevados até o limite de 2,2 salários, com teto de R\$ 25.769,88, ou até atingir o percentual de 5% do lucro líquido (o que ocorrer primeiro).

PLR Adicional: 2,2% do lucro líquido do banco distribuídos linearmente entre todos os bancários, com teto de R\$ 4.367,07. Na primeira parcela da PLR Adicional, serão distribuídos 2,2% do lucro do primeiro semestre, podendo chegar a R\$ 2.183,53.

XV Encontro Nacional da FNOB ocorre neste final de semana, em Bauru



Nos dias 2 e 3 de setembro, a partir das 9 horas, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** vai sediar o XV Encontro Nacional da Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB).

Os encontros da FNOB são semestrais, e nesta edição vamos discutir a reforma trabalhista, a campanha salarial deste ano (já que a CCT bianual assinada no ano passado tirou da pauta as cláusulas

econômicas), próximas eleições sindicais onde a FNOB montará chapa de oposição, reestruturações dos bancos públicos e a luta pelo fim das demissões imotivadas nos bancos privados.

Reforma trabalhista

O Encontro da FNOB será iniciado com a presença de Luís Henrique Rafael, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-15), e de

Sérgio Luiz Ribeiro, advogado do **Sindicato**. Os convidados falarão sobre a constitucionalidade e os efeitos práticos da reforma trabalhista e da terceirização na categoria bancária.

O Encontro da FNOB é aberto a todos os trabalhadores. Participe!

O desembargador Luís Henrique Rafael (foto) abrirá o encontro falando sobre a reforma trabalhista



Terceirizada do Bradesco é equiparada a financeira

Em abril de 2011, uma empresa de prestação de serviços – a Agiplan Promotora de Vendas Ltda. – admitiu uma mulher para trabalhar como “consultora de vendas”. Dezesesseis meses depois, em agosto de 2012, a Agiplan demitiu essa trabalhadora sem justa causa.

Ocorre que, nesse intervalo de tempo, a mulher trabalhou para o Bradesco (oferecendo produtos do banco, captando clientes, etc.), embora recebesse um salário bastante inferior ao do pessoal do banco. Então a trabalhadora procurou o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** para buscar a equiparação de salário e de jornada de trabalho, como se fosse uma bancária.

A juíza Simone Bemfica Borges, da 4ª Vara do Trabalho de Bauru, concordou em parte com o pedido da trabalhadora e condenou a Agiplan e o Bradesco (este, subsidiariamente) a pagar as diferen-



Mulher trabalhava para o Bradesco, mas com salário bem menor que o dos bancários ou dos financeiros

ças salariais tendo como parâmetro a CCT dos financeiros.

A magistrada entendeu que a Agiplan “tem como atividade a busca de clientes para instituições financeiras que concedem empréstimos bancários” e que, “tais empresas, chamadas ‘correspondentes’, devem ser consideradas financeiras, pois, ainda que não sejam as responsáveis pela liberação dos valores emprestados, promovem a intermediação da negociação, com a tendimento, busca de clientes

e preenchimento de propostas”. Para ela, “a terceirização da atividade às correspondentes, se não garantidos os mesmos benefícios já conquistados pelos trabalhadores das instituições financeiras, limita-se a precarizar as condições de trabalho”.

Sendo assim, enquadrando a trabalhadora como financeira (inclusive com o reconhecimento da jornada especial de seis horas) e condenou a Agiplan a pagar as diferenças de piso salarial (com os devidos reflexos nas verbas salariais e no FGTS), os anuênios, auxílio refeição, ajuda alimentação, 13ª cesta alimentação e até PLR. Também condenou a empresa a pagar as horas extras além da 6ª hora (a mulher trabalhava em média 9 horas por dia, fora o intervalo).

A Agiplan recorreu, mas o Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença.

Ao todo, a trabalhadora recebeu aproximadamente R\$ 53 mil líquidos.



No dia 23, o Brasil ficou sabendo que o governo de Michel Temer quer privatizar a Eletrobras, estatal responsável por cerca de 30% da energia gerada no país. Dois dias depois, o governo anunciou que irão a leilão mais uma batida de empresas e bens públicos, como a Casa da Moeda, aeroportos, rodovias e linhas de transmissão, além da Lotex, hoje administrada pela Caixa Econômica Federal. Ao todo, 57 empresas e bens públicos serão vendidos ou concedidos ao setor privado via Programa de Parceria de Investimento (PPI).

O desespero para efetuar tal venda se deve ao tamanho do rombo fiscal (previsto em R\$ 159 bilhões para 2018), embora o governo afirme que tais medidas estão “sendo feitas em nome do emprego e da renda”, além do famoso “mais qualidade e redução de tarifas”.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, privatizar o setor de energia é entregar a preço de banana (a expectativa é que o governo arrecade R\$ 20 bilhões) um patrimônio público estratégico para a soberania do país. “Desde FHC se privatiza para diminuir a dívida pública, e ela, ao contrário, só aumenta, assim como as tarifas dos serviços”, afirma Paulo Tonon, diretor da entidade.

Financeiros denunciam abusos da Crefisa em São Paulo

A Crefisa está demitindo bastante gente na cidade de São Paulo, e os trabalhadores demitidos estão revelando histórias escabrosas sobre a empresa. Eles relataram ao sindicato local que só foram mandados para o olho da rua porque achavam ruim ter de cumprir uma jornada diária que, invariavelmente, chegava a 12 horas!

Exploração

De acordo com os relatos divulgados pela entidade, gestores exigiam que o pessoal entrasse às 9h – às vezes, até antes – e só saísse às 22h. “Eu entrava às 9h e tinha que sair às 22h. E mesmo assim eles pediam para entrar

mais cedo no dia seguinte, às 8h, às 7h”, contou um dos dispensados.

Uma demitida disse que não conseguia entrar às 9h – já que tem uma filha de quem cuidar – e que o gestor ficava na porta anotando o nome daqueles que saíam às 20h. “Eles coagiam, olhavam feio, chamavam a atenção, falavam que a empresa queria mais da gente.”

Outro ex-empregado falou que “trabalhava das 9h às 22h na segunda, na terça, na quarta” e que “quando chegava quinta-feira, eu começava a passar mal”. E mais: “Não estou falando de um caso atípico, do dia 1º ao dia 5. Era o mês inteiro essa rotina.

Eu trabalhava tanto que chegava a ter ânsia de vômito”.

Ele ainda continuou: “Se precisava sair às 19h, tinha que justificar ao gestor. Tinha que informar onde eu ia, porque eu precisava sair naquele horário. Quando dava 21h começava um rateio do próprio salário do pessoal para pagar uma pizza.”

Ele conta que foi demitido sob a alegação de não estar correspondendo às expectativas da empresa. “Mas nunca tive um *feedback* negativo, nunca voltou um doc, nunca deixei de entregar a meta, nunca cheguei atrasado. A única coisa que eu estava fazendo era entrar às 9h e sair às 20h, porque eu estava

sentindo muita dor no corpo. Tinha que ficar sentado o dia inteiro. Tem muita gente lá com problema de coluna.”

Exposição e adoecimento

Além da jornada extenuante, os trabalhadores ainda tinham de lidar com gestores desumanos, que não deixavam um trabalhador conversar com o outro e que contavam o tempo que os empregados passavam no banheiro.

Uma das demitidas disse: “a gestora falava no microfone para todo mundo ouvir que era para não fazer como o colega que estava há muito tempo no banheiro. Os gestores falavam mal da gente

na nossa frente e todo mundo ouvia. O tempo todo era assédio, coação.”

Vivendo sob essa rotina esmagadora, a consequência é que muitos trabalhadores adoeceram.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a Crefisa, com seu lucro de R\$ 2 bilhões nos últimos dois anos, não precisa massacrar trabalhadores para aumentar ainda mais sua rentabilidade.

O **Sindicato** visitará a agência da financeira em Bauru para verificar se tais práticas também acontecem na cidade. A entidade está à disposição dos funcionários da Crefisa. Se abusos estiverem ocorrendo, denunciem!

Assembleia aprova pagamento de ajuda para a diretora Priscila

No dia 24 de agosto, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, realizou uma assembleia para deliberar sobre o valor da ajuda de custo para a diretora Priscila Rodrigues, demitida injustamente pelo Banco Votorantim há um ano e quatro meses.

Demonstrando solidariedade à diretora que tanto luta em defesa pelos direitos da categoria, os bancários aprovaram proposta de ajuda de custo para a diretora no valor de R\$ 11 mil, até o resultado final do processo de reintegração que ela ajuizou. É importante destacar que esse valor é muito inferior ao seu salário.

Priscila, que está desde a demissão sem salário, está também sem plano de saúde para ela e seus três filhos, sem os vales alimentação e refeição, e não tem direito à PLR do banco. A **CSP-Conlutas** será procurada para ajudar nesse custeio, já que a diretora é membro eleita da

Secretaria Executiva Nacional da central.

O **Sindicato** defende a diretora Priscila em dois processos. Em um deles, vitorioso na primeira instância, ficou sentenciado que a transferência unilateral de Priscila para São Paulo foi irregular, já que seu contrato de trabalho estava suspenso por conta da liberação de ponto efetivada pelo BV. Esse primeiro processo, que foi ajuizado pelo MNOB/PSTU, causou a demissão de Priscila.

No outro processo, movido pelo **Sindicato**, a entidade busca a reintegração da diretora. Na primeira instância, a juíza deu ganho de causa ao banco, mas o **Sindicato** já recorreu, com base na decisão do primeiro processo.

Priscila é uma demitida política, que não se submeteu à política partidária que existia no **Sindicato** e tampouco fez o jogo dos banqueiros. Por isso, merece todo o apoio dos bancários.



Bancários definem valor de ajuda de custo para diretora Priscila, demitida injustamente pelo Votorantim



Priscila recebe o carinho dos bancários que a apoiaram e que, segundo suas próprias palavras, dão forças para que sua luta continue firme. Todo apoio a essa diretora participativa e guerreira! #reintegraPriscila



O advogado do Sindicato, Sérgio Ribeiro, tirou dúvidas e explicou os próximos andamentos dos processos que Priscila enfrenta na Justiça pela sua reintegração

Banco Safra: dia 29 tem assembleia sobre ponto eletrônico

Hoje, dia 29, a partir das 18 horas, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realizará em sua sede uma assembleia para discutir e deliberar sobre a assinatura do acordo de ponto eletrônico do banco Safra. O acordo visa atender às determinações da Portaria nº 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego, que lista uma série de detalhes relativos ao equipamento de marcação de ponto.

Para o **Sindicato**, a existência deste acordo aditivo à convenção coletiva é interes-

sante, já que ele vai além do que determina a portaria.

O texto garante que os sindicatos tenham acesso aos registros de ponto sempre que houver dúvida ou denúncia por parte dos bancários, além da interrupção do acordo caso o banco não dissipe a dúvida ou fique constatada irregularidade no sistema.

O Safra é um dos bancos que mais exige dos seus funcionários. O **Sindicato** espera que esse acordo ajude a diminuir a pressão sobre os trabalhadores.

Quinta, dia 31, às 19 horas, plenária discute Funcef

Em parceria com a Agecef (Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal), o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realiza no dia 31, às 19 horas, uma plenária com Max Mauran Pantoja da Costa, diretor de Planejamento e Controladoria da Funcef eleito pelos trabalhadores.

Essa plenária é importante porque Max vai apresentar os resultados de 2016 da fundação e discutí-lo com os bancários – afinal, nenhum dos planos da Funcef atingiu a rentabilidade necessária para um superávit. Pior: tanto o



REG/Replan Saldado quanto o REG/Replan Não Saldado precisarão de novos aportes dos participantes.

O **Sindicato** considera de

vital importância a participação dos bancários da CEF nessa plenária, já que estará em debate a aposentadoria complementar de todos.

Presença é o campeão do Futsal 2017



Campeão: Presença F.C.



Vice-Campeão: Tá Na Rede F.C.



3º lugar: SeleCEF



Jogadores do Presença F.C. com o troféu do campeonato



4º lugar: Galácticos



Lucas, do Presença F.C., foi o melhor goleiro



Diego, do Galácticos, foi o artilheiro, com 15 gols

3º e 4º lugar

Galácticos 6 x 7 SeleCEF

Final

Presença F.C. 4 x 2 Tá Na Rede F.C.

Parabéns a todos os participantes!

Veja mais fotos na página do Sindicato no Facebook

Após a maternidade, metade das mulheres é demitida dentro de 2 anos

Na edição número 2 do jornal “Bancários na Luta”, noticiamos o caso de uma bancária do Bradesco que sofreu assédio de dois gerentes por estar grávida.

Esse fato não é isolado. Diversas trabalhadoras gestantes já relataram ter sofrido perseguição e assédio por sua condição – e, infelizmente, essa situação não melhora após

elas darem à luz e retornarem ao trabalho.

Prova disso são os dados apontados por uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que demonstram que 50% das mulheres que retornam da licença-maternidade são demitidas dentro de dois anos.

A pesquisa aponta também que, após seis meses de estabilidade,

a probabilidade de demissão de mulheres que acabaram de se tornar mães é de 10%. Ainda em andamento, a pesquisa abrange um universo de 247 mil mães com idade entre 25 e 35 anos.

Preconceito

A maternidade é completamente discriminada no mercado de trabalho. Para patrões de diversas categorias,

ter no seu quadro de funcionário uma trabalhadora gestante, ou uma mãe recente, é perda de tempo e dinheiro.

Em uma entrevista concedida ao site “Brasil de Fato”, uma trabalhadora que foi demitida no começo deste ano, um mês após o fim de sua licença-maternidade, afirmou que a discriminação é fruto do preconceito e machis-

mo dos patrões, que na maioria das vezes, são homens.

“Quando a gente estava falando da licença, o gestor que me demitiu disse: ‘Nossa, como é fácil ser mulher! É só engravidar e tirar licença. Não faz nada’. Como assim não faz nada?!”

Para muitos, uma mulher não pode ter dupla jornada, trabalhan-

do e cuidando do filho. No setor financeiro essa ideia machista é na verdade uma prática: muitas mulheres já foram demitidas sem motivo após se tornarem mães.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** exige e luta para que as trabalhadoras gestantes e mães sejam respeitadas e valorizadas também em seu ambiente de trabalho.